

# Do golpe à atualidade: o antipetismo de esquerda e de direita e a correlação de forças políticas

From the coup to the current times: left-wing  
and right-wing opposition to Worker's Party and  
the relation of political forces

césar mangolin\*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.014>

Esquerda Diário/Reprodução



Cartazes do PSTU e de movimentos de direita juntos na porta da Fiesp, em São Paulo, onde foi montado um acampamento pelo impeachment da presidenta Dilma. Abril de 2016

## RESUMO

O objetivo do ensaio é refletir sobre o campo próprio da luta política e como parecem estar compostas atualmente as forças e sua correlação. Passa em revista o processo desde o golpe de 2016, dando maior atenção às forças que, à direita e à esquerda, atuaram em favor do golpe, destacando o papel da pequena burguesia nesse processo. Por fim, o texto reflete brevemente sobre o problema da tática na atual conjuntura.

**Palavras-chave:** Esquerdismo. Direita. Tática.

## ABSTRACT

The aim of this essay is to reflect on the field of political struggle and how forces and their relation seem to be disposed today. The process has been reviewed since the coup against Dilma Rousseff's government, paying greater attention to the forces on the right-wing and the left-wing which were acting in favor of the coup, highlighting the role of petty bourgeoisie in this process. Finally, the essay briefly reflects on the problem of tactics in the current conjuncture.

**Keywords:** "Leftism". Right. Tactics.

Gritamos que não haveria golpe, mas o golpe veio. Gritamos “Fora Temer” e ele continuou firme até o fim. Denunciamos a armação para prender Lula, mas ele foi preso. Propagandeamos o “Ele não”, mas Bolsonaro foi eleito. Dissemos que a reforma da previdência não seria aprovada: já está em pleno vigor. Defendemos as conquistas dos trabalhadores, mas elas estão sendo destruídas uma a uma. Em uma única frase, afirmamos que os fascistas não passariam: passaram. Que fazer?

Cada conjuntura apresenta desafios diversos para a ação política da esquerda e saber compreendê-la sem perder de vista os objetivos estratégicos é o ponto fundamental para definir como agir taticamente em cada momento. Não pretendemos avançar em detalhes da análise da conjuntura, contentando-nos aqui com a síntese feita no primeiro parágrafo, que parece servir para demonstrar que vivemos um período adverso para nosso campo.

Insistiremos em pensar sobre o campo próprio da luta política e como parecem estar compostas as forças e sua correlação. Em particular, nosso objetivo é dar maior atenção ao papel da pequena burguesia (ou das “classes médias”) nesse processo. Isso somente é possível refletindo sobre trajetórias, partidos e movimentos, pelo menos desde 2013, ano em que a escalada do que ficou conhecido como nova direita ganhou força, isto é, conquistou base social e apoio em setores os mais diversos. Sabemos que essa escalada teve bom impulso financeiro e midiático e apoio político de partidos da direita e de grupos que utilizaram as instituições a serviço do golpe de 2016, particularmente, o Judiciário e o Parlamento Federal, além das ações de governadores e prefeitos.

O consórcio golpista que reuniu setores tão amplos foi, sem dúvida, aos poucos demonstrando a qual fração da burguesia interessava a interrupção do ciclo de governos do PT. Ainda que tendo o PSDB como seu operador político de confiança, o grande capital financeiro aceita muito bem qualquer governo que tenha como política econômica esfolar trabalhadores e ampliar os próprios lucros. O tucanato foi cuspidor nas eleições de 2018, depois de duas décadas de polarização com o PT e quatro derrotas eleitorais sucessivas. Em seu lugar entrou a figura grotesca de um presidente ignorante e violento, que carregou consigo os agentes do plano de destruição de qualquer projeto de desenvolvimento social e crescimento econômico para o Brasil.

Parte do consórcio golpista já se desfez. Historicamente, o tempo vai fazendo com que aquela classe ou fração de classe que conquista a hegemonia do processo político vá se desvencilhando dos aliados de primeira hora à medida que alcança seus objetivos ou, ainda, à medida que demonstra que seus objetivos podem ter pontos inconciliáveis no conjunto. Utilizemos como exemplo a revolução de 1789, na França, reservadas todas as enormes diferenças e a importância de cada evento: a ampla frente composta para derrotar o absolutismo se desfez na medida em que a burguesia afirmou sua hegemonia e a capacidade de reestruturação da França de acordo com seus interesses e valores.

O tucanato foi cuspidado nas eleições de 2018, depois de duas décadas de polarização com o PT e quatro derrotas eleitorais sucessivas. Em seu lugar entrou a figura grotesca de um presidente ignorante e violento, que carregou consigo os agentes do plano de destruição de qualquer projeto de desenvolvimento social e crescimento econômico para o Brasil

Mas, no caso brasileiro e do golpe de 2016, esse bloco não se desfaz tão facilmente. Percebemos que parte considerável e importante das grandes empresas de comunicação, empresários, partidos e movimentos da direita estão se colocando abertamente na oposição ao atual governo, mas não se colocam na oposição ao projeto que ele representa. Há uma importante condenação política do governo, que beira apenas o limite do que pode ser tolerado em termos de estupidez vinda da Presidência da República. Mas ainda resta uma concordância com o projeto político e econômico que levou ao golpe, ainda que seja por razões diversas, ou seja, as motivações do capital financeiro são, obviamente, distintas daquelas da parcela da pequena burguesia que ainda sustenta esse projeto, permanecendo ou não ao lado do governo. Ora, para uma parcela da pequena burguesia que serviu de base para o golpe, o “Mito” já não representa mais nada: essa parcela mesma se apressa em desvencilhar sua imagem do genocida troglodita. Mas esses indivíduos o fazem reafirmando o projeto econômico, por exemplo, ao declararem ter votado em outro candidato (do Novo ou do PSDB) no primeiro turno.

Temos, portanto, uma situação em que o governo passa pelo desgaste gerado pelos desmandos do chefe do Executivo e seus ministros. Seu projeto econômico, porém, continua a atender a interesses do capital financeiro e a sustentar ilusões de setores da pequena burguesia e de considerável parte de trabalhadores que, mesmo em situação mais precária, foram ideologicamente ganhos pelo discurso embusteiro do livre mercado e de suas possibilidades individuais. Outras frações, como a agroindústria, são beneficiadas pela indiscriminada liberação dos agrotóxicos e pela ampliação ilegal das terras para pasto ou cultiváveis por via das queimadas.

Temos, nas contradições presentes no processo, um governo que se desgasta a si próprio, mas não ao projeto que o sustenta, o que parece indicar as dificuldades de uma saída mais à esquerda no curto prazo. Fora isso, temos o problema de uma crise institucional.

Vamos concentrar nosso texto em três pontos essenciais: primeiro, pensaremos nas disposições da pequena burguesia (de esquerda e de direita) e como esta se comportou durante o golpe. Depois, vale refletir sobre seu papel na eleição do atual presidente. Por fim, buscaremos esclarecer o que chamamos de problema institucional.

## 1. AS CONFLUÊNCIAS POLÍTICAS DA PEQUENA BURGUESIA E A OPOSIÇÃO AO GOVERNO DILMA

É possível perceber que, num dado momento, as posições políticas da pequena burguesia de esquerda e de direita confluíram para a oposição ao governo de Dilma e o apoio ao golpe. O que permite pensar uma unidade, ainda que manifestamente esses grupos sejam contrários entre si em termos de princípios e objetivos estratégicos? Lembremos que há nos dois extremos desde grupos que se assumem neonazistas a, de outro lado, a autointitulada esquerda revolucionária, dispersa em pequenos partidos, coletivos etc. A unidade de grupos aparentemente tão distintos pode ser verificada em pelo menos dois aspectos: primeiro, a oposição radical aos governos encabeçados pelo PT e a avaliação negativa sobre esse ciclo; segundo, explicações similares sobre o golpe presentes nas duas posições, quais sejam: a) o governo caiu porque é corrupto; b) o governo caiu porque fez alianças com a direita ou com a esquerda; c) Michel Temer foi o vice-presidente eleito na chapa do PT, portanto, a “culpa” é do PT mesmo e de seus aliados, mesmo os do campo da esquerda, como o PCdoB.

Um rápido e sumário comentário sobre cada uma dessas posições é necessário para tentar demonstrar como são explicações presentes nos dois grupos e, ao mesmo tempo, falaciosas ou que não correspondem plenamente à realidade objetiva.

A primeira posição é mais frouxa, como bem sabemos, embora seja recorrente e importante principalmente para a pirotecnia midiática. Não porque a corrupção não seja um problema — inclusive um problema teórico que deve ser corretamente tratado, como podemos ver em Boito Jr. (2017) —, mas porque foi apenas o pretexto e jamais a questão central em todo o processo. Quanto mais nos distanciamos no tempo do momento da queda da presidenta eleita e da ascensão do governo golpista e ilegítimo de Michel Temer, mais fica claro o aspecto mais notável no discurso moralista sobre a corrupção e que demonstra bem sua utilização para fins apenas políticos e para os objetivos do golpe. O discurso, porém, motivou as movimentações da direita e foi também defendido por setores do esquerdismo<sup>1</sup> (PSTU, PSOL, PCO) e correntes do próprio PT, inclusive com o apoio à operação Lava Jato.

Já o argumento sobre as alianças do governo, à direita ou à esquerda, até tentou parecer como produto de análise política, mas não deixou de ser apenas mais uma miopia distante da realidade objetiva. Os grupos de direita reproduziram historicamente a ideia da existência de um grande complô da esquerda, à semelhança daquelas peças de propaganda baseadas em fantasiosas teorias da conspiração dos tempos da Guerra Fria. Um bom exemplo e de ampla divulgação foi a mulher que identificava,

1 Uso esquerdista e esquerdismo no sentido dado por Lênin (1980) aos termos.

A trajetória política do PT ao longo de duas décadas pode ser compreendida como o processo em que sua linha política e seu programa se ajustam coerentemente ao perfil social-democrata das suas tendências hegemônicas, em particular a Unidade na Luta, atual Construindo um Novo Brasil, o que não torna a referida *Carta aos brasileiros* apenas um amontoado de concessões, mas também um esclarecimento

no Congresso Nacional, o vermelho da bandeira japonesa como a prova da dominação cultural dos comunistas. O governo atual ainda insiste na paranoia da conspiração comunista. Mas atribuir os problemas e a queda do governo Dilma à sua composição política também aparece no discurso das organizações de esquerda. Claro que temos nesse campo abordagens um tanto mais sérias ou, pelo menos, mais comedidas e, inclusive, há elementos da crítica à conciliação de classes que devem ser levados em consideração e refletidos, principalmente quando pensamos em momentos de altos índices de aprovação dos governos de Lula. Mas afirmar insistentemente que o problema do ciclo de governos do PT foi o arco de alianças e a conciliação de classes pode bem satisfazer àqueles que estão acostumados a ficar pelo meio do caminho ou estão mal intencionados e apenas adicionando elementos aos seus discursos moralistas, deixando sem explicação, objetivamente, a pergunta que deve ser feita: por qual razão ocorreu ou foi necessário esse arco de alianças e não outro? Ora, as alianças são estabelecidas ao gosto das forças políticas ou é a conjuntura que abre um determinado leque de possibilidades e opções, diante do qual são tomadas as decisões?

Nossa posição é que a conjuntura de crise das políticas neoliberais do final da década de 1990 e começo dos anos 2000 possibilitou a eleição de governos progressistas, de esquerda e centro-esquerda, por toda a América Latina e também na Europa. Mas essa possibilidade aberta pela crise econômica foi contingenciada pela conjuntura interna de cada país, ou seja, as possibilidades de essas experiências serem mais ou menos avançadas dependeram, também, do nível de acirramento interno da luta de classes. Isso, sem dúvida, explica a capacidade de tomar medidas mais ou menos progressistas por esses novos governos, mas antes disso e fundamentalmente explica o caminho para a chegada ao governo de forças políticas progressistas e o espaço real

de autonomia relativa: situações mais amparadas em movimentos populares mobilizados e com histórico recente de grandes lutas nacionais resultaram, por exemplo, na maior radicalidade de experiências como as da Bolívia, do Equador e da Venezuela; em sentido oposto o menor acirramento interno da luta de classes pode explicar a necessidade de atribuir maior peso ao processo institucional e de buscar alianças para além do campo popular e de esquerda para viabilizar vitórias eleitorais. Isso não ocorreu somente no Brasil, mas também na Argentina, no Chile, no Paraguai, no Uruguai, na Nicarágua etc. Após um breve ciclo de crescimento econômico, mas, principalmente, de desenvolvimento social, algumas dessas experiências (as mais e as menos avançadas) passaram a sofrer reveses com a persistência da crise internacional do sistema capitalista associada às condições políticas internas. Esses reveses ocorreram por via eleitoral e por via de golpes, após processos de desestabilização política, mais do que de crise econômica. Exemplos de viradas eleitorais são os casos do Chile, da Argentina com a eleição de Macri, de vários países da Europa e da ascensão de partidos e candidatos associados diretamente a posições desde o centro até a extrema-direita. Noutros casos, diante da impossibilidade ou incapacidade de vitória eleitoral dos setores reacionários, o caminho foi o golpe, como ocorreu em Honduras, no Paraguai, no Brasil, na Bolívia e está em curso na Venezuela.

A sempre recordada *Carta aos brasileiros*, de Lula e do PT, na campanha de 2002, materializava a opção feita entre a possibilidade de ganhar as eleições fazendo concessões ou perder novamente as eleições, mantendo princípios que, no caso do PT, não estavam muito distantes daquilo que concedia essa força. Para deixar mais claro o que pretendo afirmar: a trajetória política do PT ao longo de duas décadas pode ser compreendida como o processo em que sua linha política e seu programa se ajustam coerentemente ao perfil social-democrata das suas tendências hegemônicas, em particular a Unidade na Luta, atual Construindo um Novo Brasil, o que não torna a referida *Carta aos brasileiros* apenas um amontoado de concessões, mas também um esclarecimento.

Somente quem tinha ou tem ilusões com supostas disposições revolucionárias do PT é capaz de compreender a *Carta* e o programa dos governos do partido como sendo uma concessão ou uma traição a princípios. E, mesmo assim, estávamos diante do ciclo de governos mais progressistas que tivemos na história brasileira.

Foi necessária uma ampla e heterogênea frente de partidos e movimentos populares para tornar possível a eleição de Lula, cujo

governo teve como vice-presidente um empresário do extinto Partido Liberal. A composição do governo refletiu essa frente, sem dúvida. Não temos condições de afirmar que sem essa aliança Lula seria derrotado nas eleições, mas resta o dado objetivo: ela garantiu a vitória eleitoral de 2002 e serviu de base para as três seguintes.

Há dois pontos importantes ainda aqui: um se refere a algo que não ocorreu na relação entre o governo e os movimentos populares; outro, ao que ocorreu e tem relação com as condições de vida de trabalhadores mais empobrecidos e dos setores médios, sendo desprezado pura e simplesmente pela maior parte dos grupos à direita e à esquerda. No primeiro caso, não é raro ouvir que a sequência de governos petistas poderia ter criado bases sociais para saídas mais avançadas, ou seja, estimulado os movimentos populares a assumirem um protagonismo maior nas lutas políticas. Mas tal perspectiva apenas revela duas coisas: de um lado, a incapacidade dessas organizações de perceber que a experiência do ciclo petista era a do Estado burguês e não de uma estrutura jurídico-política de transição socialista. Aliás, o PT jamais deu a entender a menor possibilidade de ocorrer o contrário. Há aí, sem dúvida, uma compreensão ingênua do processo histórico e uma visão paternalista e ilusória com relação ao Estado burguês, que em casos similares tende sempre a cooptar movimentos e lideranças populares, não o contrário; de outro lado, essa lamúria em forma de crítica apenas revela as dificuldades próprias do trabalho de organização política de base de partidos e organizações consequentes do campo da esquerda e a incapacidade dos partidos e movimentos esquerdistas de sequer dialogar com setores de fora do universo pequeno-burguês. A inserção nos movimentos populares e a capacidade de formação de trabalho de base são fundamentais para que qualquer possibilidade mais progressista possa se concretizar. É da capacidade de luta, de mobilização e de organização dos trabalhadores que depende qualquer saída revolucionária, não da máquina do Estado burguês. No segundo caso, tanto organizações esquerdistas quanto as da nova direita vão tratar os governos com o perfil do ciclo petista como se não fossem fundamentais para conquistas, por parte dos trabalhadores, de condições e “direitos” que secularmente lhes foram negados. Ainda que considerando as condições e necessidades de ceder ao grande capital e, ao mesmo tempo, realizar avanços sociais, ninguém pode negar que as condições de vida dos trabalhadores por todo o país foram melhoradas e que jamais se fez tanto pela redução ou eliminação da miséria e das desigualdades sociais gritantes. Esses dados positivos para os trabalhadores, beneficiando também os setores médios, tornam esse ciclo de governos mais que apenas um amontoado de erros como querem fazer crer, à direita e à esquerda, os referidos grupos. Somente aqueles que estão inseridos ideologicamente no individualismo radical pequeno burguês raciocinam assim.

Quando Michel Temer assume, depois do golpe, a frase “A culpa é do PT” pôde ser encontrada nos dois campos também. Por mais óbvia que seja a situação, parece necessário ainda insistir no tema. Michel Temer foi parte de um governo eleito por uma frente heterogênea de partidos, mas com compromissos sociais claros, com



os trabalhadores e com determinadas frações do capital que tinham seus interesses atendidos prioritariamente porque faziam parte do projeto neodesenvolvimentista que estava na base desse governo e era seu programa. As demais frações do grande capital participavam, sem dúvida, secundariamente. É necessário compreender as contradições internas da própria burguesia, porque é uma parte dela e não seu conjunto que está por detrás do golpe. Não se deve esquecer que uma parcela da burguesia foi, inclusive, para a cadeia com o golpe: executivos de grandes empresas responsáveis pela construção pesada, pela construção civil, pela indústria naval, de segurança territorial etc. — aliás, exatamente aquela fração privilegiada pelo programa desse ciclo de governos (BOITO JR., 2016). Michel Temer não foi eleito para fazer parte de um golpe de Estado: foi eleito dentro das regras e da ordem constitucional para ser o vice-presidente em um governo que tinha programa já aplicado e em andamento. Reduzir o golpe a questões pessoais, à busca de culpados ou personalizar o golpe como uma armação de Temer e uma vingança de Eduardo Cunha é reduzir o problema a uma intriga palaciana e perder sua dimensão política e de classe — dimensão esta que começou a mostrar bem seus contornos desde as manifestações de junho de 2013, que foram tomadas pela pequena burguesia por todo o país, contando, curiosamente, nas suas grandes mobilizações com os novos e velhos militantes da direita e também com as organizações esquerdistas, que tinham seus símbolos e bandeiras rasgados, militantes agredidos etc. Ficava claro que havia uma articulação diferente da direita em andamento e que havia a ameaça de golpe.

Com o início do processo eleitoral, em 2014, ficou bastante evidente que não teríamos uma eleição qualquer: tínhamos dois projetos de dentro da ordem burguesa, sem dúvida, mas dois projetos em disputa, sendo que o que vinha da direita ganhava força, o que ficou expresso na campanha (mais violenta do que de costume) e na vitória apertada.

Era necessário a partir dali defender o governo de Dilma, mesmo para os que faziam uma crítica do ciclo petista pela esquerda. Era necessário não porque o caminho fosse a posição política do “governismo acrítico”, mas porque estava claro que o que viria em seu lugar significaria um forte retrocesso. Mas pelas características dos grupos de direita e de esquerda, esse raciocínio simples e óbvio aparecia, para os primeiros, como uma conspiração política de *petralhas esquerdopatas que destruíram o Brasil* e, para os segundos, como posição de *conciliadores de classe e renegados da revolução*. Nessas posições distintas, ambos os lados deram os braços e operaram, com pesos políticos distintos, em favor da derrubada da presidenta Dilma Rousseff e do golpe.

## 2. A CORRELAÇÃO DE FORÇAS E O CAMPO DE LUTA

Vale insistir na análise mais aproximada dos campos, embora internamente heterogêneos, para pensar taticamente nossa encruzilhada histórica. Particularmente, ainda parece razoável fazer uma caracterização do antipetismo e das posições do

esquerdismo. Isso porque o discurso moralista e que se resume a encontrar culpados e declarar a própria pureza cativa a pequena burguesia radicalizada.

## 2.1. As esquerdas e o esquerdismo

Dilma concorreu nas eleições de 2014 com outros dez candidatos. Seis deles eram ex-petistas: Eduardo Jorge (PV), Marina Silva (PSB), Luciana Genro (PSOL), José Maria (PSTU), Mauro Iasi (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO). Nenhum deles apoiou o PT no segundo turno. Os dois primeiros já estavam no colo da direita e se juntaram ao PSDB. O PSOL, que teve o mérito de pelo menos perceber as contradições do processo, liberou a militância para o voto, desde que não fosse em Aécio (PSDB), restando, portanto, o voto em Dilma ou a anulação, o voto em branco ou a abstenção. Os dois partidos trotskistas e o PCB declararam voto nulo.

Ainda que nos pareça equivocada, avaliamos a posição desses partidos como produto de tentativa de análise política. Mas não deixa de chamar atenção a possibilidade da formação de um antipetismo de esquerda, que para além dos rancores de alguns dos seus dirigentes pela militância pregressa no próprio PT (que podem ser minimizados em contextos não eleitorais, mas não desprezados), descambou para os desvios de esquerda — o chamado *esquerdismo*. É notável que o campo do esquerdismo é composto por partidos que saíram de dentro do PT (PSOL, PSTU e PCO) ou que recebeu militantes oriundos do PT (caso do PCB) na metade do primeiro mandato de Lula e que passaram a cumprir importantes papéis de direção e participaram de mudanças qualitativas na linha política e na organização. As referidas organizações mantêm o objetivo socialista em seus programas e a compreensão, cada qual à sua maneira, da necessidade do processo revolucionário, mas (e por razões diversas) não conseguem participar das lutas concretas e das contradições realmente existentes em nossa conjuntura e acabam por atuar negativamente com relação à própria possibilidade de avanço desse processo, embora haja exceções em determinados momentos, envolvendo, por exemplo, setores do PSOL e até o PCO.

Além de PCB, PCO, PSOL e PSTU, há ainda uma porção de “coletivos”, “agrupamentos”, “ligas” e outras organizações que possuem, cada qual à sua maneira e de forma cada vez mais isolada, um belo discurso revolucionário e “vanguardeiro”. Quanto menores e mais distantes da realidade, mais esses pequenos grupos se apresentam como os portadores da verdade revolucionária. Confundindo a realidade objetiva com a própria vontade, confundem o objetivo revolucionário (estratégico) com as mediações necessárias e cambiantes de cada conjuntura (a tática): ao afirmar a necessidade da revolução, afirmam também que as condições para que ela ocorra já estão presentes, atribuindo aos “traidores da classe” (como é próprio do trotskismo) ou a pequenos ajustes conjunturais a razão do seu atraso.

Não raro dirigentes dessas organizações veem o “proletariado revolucionário” em ação nas ruas, mesmo quando temos apenas uma manifestação maciça e plena

de contradições com tendências majoritárias à direita, como foram as tais “jornadas de junho” de 2013. Essas organizações, no conjunto, representam a outra face ou possibilidade da manifestação política da pequena burguesia: o revolucionarismo pequeno-burguês.

Mesmo que tenham participado daqueles eventos de 2013, por exemplo, a reboque de agrupamentos da direita e a duras penas com seu reduzido número de militantes, essas organizações e militantes tendem a ver-se como a essência cristalina e pura da transformação revolucionária e a própria revolução como mero ato subjetivo da vontade. Não conseguiram explicar até hoje como o “proletariado revolucionário” das ruas de junho apareceu depois, nas urnas, como eleitor de Aécio Neves e de Marina Silva, depois, como a base social que pediu o impeachment de Dilma e até a ditadura militar e, por fim, elegeu Bolsonaro. Insistem apenas em proclamar-se os fiéis representantes da “rebeldia das ruas”, ainda que ela não tenha ocorrido em canto algum ou ainda que a “rebeldia” seja politicamente de direita.

O inimigo comum — o ciclo de governos petistas — fez com que a pequena burguesia se unificasse nas suas manifestações políticas mais extremadas: o revolucionarismo esquerdista e o fascismo, o primeiro a reboque do segundo. A letargia dessas organizações esquerdistas com relação à escalada de direita e seu apoio prático ao golpe são os sintomas de sua ausência de realidade, de sua incapacidade de análise concreta da situação concreta, de posições moralistas e de um ranço que pode ser compreendido também como subjetivo e que cega parte de seus dirigentes.

Há dois argumentos rápidos contra o esquerdismo. Um deles é socioeconômico, mais óbvio e já mencionado; o outro é somente político.

No primeiro caso, retomemos o argumento de que o governo de Dilma e os governos do PT tiveram problemas que precisam ser bem criticados. O partido ajustou-se perfeitamente à lógica do jogo capitalista, assim como todo e qualquer governo anterior, assim como todas as instâncias pelo país afora, assim como quase todos os partidos. Mas foram governos que jamais pretenderam ou prometeram fazer além do que fizeram: gerenciar o capitalismo brasileiro concedendo aos trabalhadores e à população mais empobrecida alguns direitos, ou os reconhecendo. Nisso todos os que são do campo da esquerda estão plenamente de acordo. Isso não é pouco e, muito menos, desprezível. Aí está o problema! Um documento do PCB, por exemplo, que defendia o voto nulo no segundo turno da eleição presidencial de 2014, afirmava que Aécio e Dilma eram iguais: Dilma era

capitalismo com mais Estado, Aécio com menos. O que chamaram de maneira imprecisa de “mais ou menos Estado”, nas nossas condições objetivas, significou retirar da miséria absoluta ou a ela lançar muita gente e isso deveria interessar bastante aos que lutam ao lado dos trabalhadores.

Constatar que os governos de Lula e Dilma serviram ao grande capital é como afirmar com tom de descoberta científica que fogo queima e água molha. Não apenas os de Dilma e de Lula, mas também os de FHC, de Collor, de Sarney, os dos generais da ditadura. O que falta aqui é perceber, a partir da análise da nossa conjuntura e não da que a vontade desejaria que existisse, que a ordem burguesa, assim como o processo revolucionário, não são estáticos, portanto, são plenos de movimento e de contradições.

É tendo como referência o objetivo estratégico que as mediações com a vida real precisam ser construídas. Isso significa participar da vida e das lutas do cotidiano dos trabalhadores, das condições severas e adversas que abrem as possibilidades de avançar um passo aqui e recuar outros ali. Significa atuar em todas as contradições possíveis dentro da ordem burguesa, no sentido de aguçá-las ou, no mínimo, de torná-las de alguma maneira movimentos com resultados favoráveis aos trabalhadores. Não podemos afirmar que os governos Lula e Dilma foram iguais aos governos de FHC. O esquerdismo é leviano e irresponsável quando diz isso. Há, sem dúvida, uma melhora nas condições de vida dos trabalhadores. Ocorreram mudanças qualitativas, que abriram novas contradições, tanto entre frações do capital como para a atuação dos setores mais avançados da esquerda, com possível acesso a áreas e a contingentes de trabalhadores que, tendo necessidades básicas sanadas, se abrem também para a possibilidade de outras soluções. Apenas com forte trabalho e a partir dessas novas possibilidades há construção efetiva de organizações revolucionárias e a possibilidade, no longo prazo, da retomada concreta da perspectiva socialista.

Mas se essas novas e as antigas possibilidades abertas não bastaram para que a tomada de posição em defesa desses governos e contra o golpe ocorresse, pelo menos seria razoável considerar a situação daqueles que estão mais fragilizados pela pobreza extrema. Embora sejamos ainda um país de pobres, esse período recente conseguiu retirar da fome milhões de pessoas. Isso é um dado secundário somente para a pequena burguesia (de direita e de esquerda). A preservação de programas sociais e a luta popular para que avançassem deveria ser uma bandeira das organizações mais avançadas.

Isso nos remete ao segundo argumento, que esclarece o esquerdismo e o antipetismo de esquerda, que serviu de base ao golpe. Há confusão entre elementos teóricos que utilizamos para pensar o modo de produção capitalista e a conjuntura política, que é cambiante. Exemplo para ir ao cerne da questão: o Estado, segundo Marx e Lênin, é sempre um Estado de classe. De alguma forma, a existência do Estado sempre será a ditadura de uma classe sobre outras, o comitê executivo da dominação de classe. Isso vale também para as formações sociais capitalistas. Mas essa que é uma ditadura de classe pode ser velada pela forma da democracia burguesa em períodos

mais ou menos longos, sem perder, obviamente, suas características essenciais. O elemento fundamental que faz com que essa ditadura de classe seja obrigada a conviver com maiores ou menores liberdades democráticas é a luta de classes. Objetivamente, é a capacidade de organização política dos trabalhadores que força, alterando a correlação política de forças, conquistas sociais e também espaços de ação política.

Somente aqueles que parecem estar alheios às nossas condições objetivas podem acreditar que uma ditadura capitalista escancarada pode ser mais favorável à organização dos trabalhadores do que as possibilidades de ação “abertas” pela democracia burguesa. É com a compreensão desse cenário que deveriam atuar com todas as forças contra o golpe todas as organizações dos trabalhadores. Isso não fez e não faria ninguém virar petista (ou retornar ao PT) e nem se tornar “governista”: seria apenas atuar na nossa conjuntura politicamente e não de forma moralista, tendo clareza da nossa realidade concreta, atuando diante de suas contradições e as aguçando.

Engrossar o cordão da direita fazendo oposição pela esquerda é sempre um suicídio político. O antipetismo de direita e o de esquerda falam línguas diferentes, mas falam e falaram a mesma coisa: a deposição da presidenta representou um grande retrocesso para os trabalhadores brasileiros e é apenas um esforço bastante estúpido e infantil tratar disso analisando “culpas” ou afirmando que esse problema não é dos revolucionários.

Claro que essas organizações não possuem força política que poderia ser decisiva para impedir o golpe, o que não diminui sua responsabilidade como organização política. Essa fraqueza orgânica apenas revela que o esquerdismo não consegue adesão fora dos círculos pequeno-burgueses. Essas organizações são compostas majoritariamente por professores, estudantes e funcionários públicos. Repensar a tática, atuar na conjuntura concreta, sem a postura moralista e infantil que tem marcado suas resoluções, é o único caminho e possibilidade de terem alguma relevância política. Os partidos trotskistas jamais compreenderão isso.

Mas o esquerdismo é implacável. A ausência de estrutura material e o desigual acesso aos meios de comunicação de massa justificam parcialmente a parca votação das candidaturas das organizações esquerdistas nas eleições e sua baixa inserção nos movimentos populares. Mas devemos também considerar suas dificuldades em dialogar com os trabalhadores e participar dos problemas e das lutas cotidianas. Ao apresentar apenas o horizonte estratégico (socialista), sem as devidas mediações, essas organizações acabaram por se fechar ainda mais no universo pequeno-burguês, cujo radicalismo combina bem com sua linha política escatológica. Orgulham-se de não fazer política porque assumem o dever (moralista) de não lidar com nada que não seja diretamente a revolução. Como ela não chega logo, da mesma maneira que para os cristãos Jesus demora em voltar, vivem de apontar os dedos para os que se maculam nas fétidas águas da realidade objetiva. E tocam a vida satisfeitos e plenos de razão. Portam-se como quem chega virgem aos 100 anos e nada mais lhe resta a não ser autovalorizar a própria pureza, ainda que ninguém se importe com isso.

Foto: Pedro Ladeira/Folhapress



Foto: Anderson Riedel/PR



Bolsonaro com apoiadores em manifestação em Brasília e rezando com militares em cerimônia no Planalto

## 2.2. As direitas e a base social do governo

Os neomilitantes de direita tomaram problemas seculares do Brasil como se fossem obras dos governos do PT. O bordão “A culpa é da Dilma” se tornou a chave para expor todo tipo de preconceito e dar vazão a discursos violentos contra os mais vulneráveis socialmente. Há um nível muito alto de agressividade entre esses militantes, o que torna a tentativa de argumentar e tratar desses temas um esforço quase inútil. A movimentação da grande mídia, de partidos e políticos tradicionais, do Judiciário e de uma massa de manobra histórica pareceu ser a de gente que só recentemente começou a viver e perceber as mazelas do tipo de capitalismo que se desenvolveu no Brasil.

Embora falem em nome de algum Brasil, fica claro pelo que defendem que não incluem o Brasil da população que mais sofreu, pela marginalização e empobrecimento contínuos, com a dragagem das nossas riquezas naturais e com a concentração de riqueza gritante e secular.

Essa massa de manobra essencialmente pequeno-burguesa não faz parte do reduzido grupo que concentra em suas mãos o grosso da riqueza social produzida. Mas seus militantes de direita repetiram chavões e palavras de ordem sem sentido e serviram de base para a crise política que interessava apenas a determinados setores do grande capital. Foram e são apenas marionetes dele. Como disse João Quartim de Moraes,

É evidente que os empreiteiros do golpe só prosperaram porque conseguiram manipular com êxito frustrações, ressentimentos e ódios do reacionarismo latente nos setores mais obscurantistas e empedernidos da pequena burguesia (ou “classe média”, como dizem muitos) (MORAES, 2016).

Os que apoiaram o golpe pela direita não sofreram apenas de uma dificuldade de compreensão da realidade: esses limites estão postos também para boa parte dos que lutaram contra o golpe. Em síntese, o antipetista de direita sabia que o processo não tinha nenhuma relação com a luta contra a corrupção. Ele saiu às ruas com a camisa da CBF, tirou fotos com a polícia sorridente, gritou “Somos todos Cunha” e dançou em volta do pato da Fiesp. Os golpistas apoiaram a perseguição a lideranças do PT porque

eram do PT, porque odeiam qualquer coisa que cheire a trabalhador, ainda que eles mesmos sejam, no geral, trabalhadores. Odeiam a melhoria das condições de vida dos mais pobres porque isso lhes ameaça os canais tradicionais de manutenção como pequena burguesia, mas a odeiam também porque perdem aquela parcela da população que pode lhes servir em troca de um prato de comida ou de qualquer punhado de moedas, como bem mostrou a reação das “madames” quando direitos trabalhistas básicos passaram a vigorar para o trabalho doméstico.

O problema é que a pequena burguesia possui um sonho e um medo: o sonho é o do aburguesamento individual; o medo é o da proletarização. Tudo o que ocorre para esse insano grupo de pessoas é creditado apenas e tão somente ao seu mérito pessoal, não podendo reconhecer, portanto, que as mudanças que ocorreram nos últimos anos no Brasil melhoraram também sua vida. Mas o sonho de ser burguês e o medo de se proletarizar envolvem o que é individual e o que é coletivo: enriquecer deve ser algo individual, porque os ideais de sucesso gestados na ordem capitalista não passam apenas pela aquisição de bens materiais, mas necessariamente por algum grau de distinção, para que a riqueza seja ostentada e reconhecida. A proletarização é coletiva e nesse caso não significa empobrecimento. Para a pequena burguesia, o acesso de camadas empobrecidas da população a condições mais razoáveis de vida, o acesso a espaços que lhes foram sempre bloqueados, a determinadas carreiras, determinados serviços, enfim, a proximidade dos “pobres” que já não vão aparecer tão pobres assim joga areia no seu projeto individual, amplia a concorrência, faz com que se percam os canais tradicionais de sua manutenção e justificação em determinados postos e carreiras (particularmente aqueles justificados pela certificação escolar). Por isso, no momento em que sentiram os primeiros efeitos da crise econômica batendo em suas portas, reagiram com tanta raiva aos programas sociais, com tanta raiva contra as cotas sociais, com tanta raiva contra o governo, sendo facilmente arregimentados por partidos e organizações de direita, ainda que os interesses da pequena burguesia e os do grande capital não sejam coincidentes.

Mas ainda é preciso separar em grupos aqueles que persistiram do apoio ao golpe à eleição de Bolsonaro e procurar identificar qual seu peso político efetivo e como está dividida essa base social.

Antes, porém, convém partir da avaliação de que não houve gente enganada nesse processo. Muitos têm se dedicado a analisar o comportamento dos eleitores de Bolsonaro e, dentre estes, uma parcela que se tornou militante de fato, aderindo ao PSL e, depois, disposta a migrar para o fascistoide Aliança pelo Brasil. Tanto naquele momento,

quanto agora, me parece necessário não cairmos no erro de subestimar esse eleitorado. É bem verdade que parte dele votou em Lula e Dilma nas eleições anteriores, mas não é verdade que os quase 60 milhões de votos em Bolsonaro tenham procedido de gente que foi enganada por notícias falsas. Sem deixar de lado o consórcio golpista mencionado acima que, de fato, cumpriu um papel fundamental, onde estaria o engodo que traiçoeiramente convenceu esses milhões de eleitores?

Podemos falar de engano quando fazemos algo com um objetivo e, depois, vemos que fomos iludidos, ou que as promessas nas quais acreditávamos não foram cumpridas, ou que as cartas do jogo não estavam na mesa claramente. Mas também não foi esse o caso, ainda que as esperanças frustradas mudem a posição de uma porção desses eleitores.

Repetido como uma ladainha, o discurso moralista que justificou a opção dos eleitores possui como pontos-chave a defesa da “família tradicional”, as referências ao cristianismo, o combate à corrupção e à criminalidade e o patriotismo, e erigiu um grande inimigo: o PT e uma dada concepção pejorativa sobre a esquerda e outros grupos específicos que teriam “destruído o Brasil”, tratados homogeneamente, ou seja, como se fossem todos a mesma coisa e uma ameaça a ser destruída. A ideia de que a candidatura do nosso tosco fascistoide representava a “mudança” foi calcada nessas bases.

Mas é necessário fazermos a devida separação entre o discurso — o que se afirma — e as intenções e objetivos subjacentes à forma do discurso, ou seja, o que de fato explica o evento desse apoio maciço.

Os eleitores de Bolsonaro e de figuras similares nos estados sabiam e sabem que os elementos centrais do discurso são falsos. Em outras palavras: esse discurso apenas esconde velhos preconceitos e velhas disposições de classe da formação social brasileira, que voltam à tona sempre que temos alguns avanços e em momentos de crise (na nossa conjuntura, uma crise econômica, mas fundamentalmente uma crise política e institucional, forjada para impedir novas e sucessivas derrotas). Que temas sensíveis (como o da segurança pública) expandam para além das camadas mais abastadas da pequena burguesia o apoio à guinada à direita, não há dúvida, somando-se a isso certa disposição à subserviência e a um discurso que vai contra sua própria condição. Mas, ainda assim, não havia e não há ninguém enganado aí.

Que podemos até operar com a ideia de que isso não aparecia de maneira racionalizada ou refletida para toda a massa de eleitores, não tenho dúvida. Mas como alegar que qualquer um deles não sabia que fazia apenas um discurso parcial, ou fazia “vista grossa”, estando todas as peças expostas amplamente? Como não reconhecer que a defesa violenta e visceral do candidato e agora presidente da suposta “mudança” esconde inconfessáveis (mas claros) e questionáveis valores?

Deixando mais claro: há profunda incoerência entre o discurso e os objetivos práticos, ou melhor: o discurso serve apenas para velar as rebaixadas intenções de fato daqueles que viram no fim do “politicamente correto” e do “socialismo” a oportunidade para suas aspirações mais egoístas. Exemplos da incoerência entre esse discurso e os



objetivos reais não faltam: o moralismo, o cristianismo conservador, a defesa da família tradicional não foram afetados pelo candidato que apareceu dizendo que utilizava apartamento funcional em Brasília para “comer gente”; os eleitores da “moral e dos bons costumes” comemoraram meses antes a injusta prisão de Lula bebendo cerveja paga por um cafetão e em frente a um conhecido prostíbulo paulistano de elite; Alexandre Frota, um ator de filmes pornográficos e que confessou e relatou em cadeia nacional um estupro esteve por ali o tempo todo e foi eleito deputado federal; pastores investigados por corrupção e até por estupro “oraram” pelo candidato; o candidato ganhou fama por um discurso rasteiro e cheio de violência; há diversos vídeos em que Bolsonaro aparece proferindo frases como o “Não te estupro porque não merece!”, “Vamos fuzilar a petralhada!”, “Vamos banir e prender os vermelhos!”. Fora as manifestações explícitas de racismo, homofobia e machismo em vídeos incontáveis do próprio candidato, dos seus parentes e dos seus seguidores. Ora, como o discurso moralista e supostamente cristão pode se compatibilizar com todas essas manifestações? A pregação pelo combate à corrupção e ao crime é para fazer rir ou chorar, mas jamais para ser levada a sério por ninguém. Todos sabem da utilização do Judiciário para punir seletivamente aqueles que estavam no caminho dos interesses golpistas e, de outro lado, para liberar aqueles que os apoiaram. Mesmo com a divulgação (portanto, com as provas materiais) do conluio criminoso chamado de operação Lava Jato, mesmo com as evidências da participação da família do presidente no assassinato de Marielle Franco, mesmo com as evidências da participação direta do governo na invasão à Embaixada da Venezuela, mesmo com o envolvimento da família Bolsonaro com o crime organizado, com a milícia no Rio de Janeiro, enfim, mesmo com todas as evidências de práticas criminosas, ainda assim, o Executivo conta com uma ampla base social de apoio, que auxilia na negação ou na justificativa desses eventos ou, o que é mais grave, tem esses crimes como méritos.

Alguém duvida de que os seguidores do “Mito” terão orgulho ao saber que seus filhos e ele mesmo têm envolvimento na morte de Marielle? Eles quebraram a placa da rua com seu nome, festejaram a foto do filho do presidente com rosas e uma arma na mão no dia do assassinato, falam abertamente na eliminação dos “esquerdistas”.

Há alguns anos, Caetano Veloso e Gilberto Gil cantavam o “silêncio sorridente de São Paulo diante da chacina” (se referiam ao massacre do Carandiru). O riso hoje é livre e escancarado diante da violência seletiva e do assassinato puro e simples. Lembremos que o filme *Tropa de elite* (2007) foi um grande sucesso pelas avessas: Capitão Nascimento se tornou um grande herói popular. O sinal de alerta deveria estar aceso desde então... O discurso patriótico e o “Brasil acima de tudo” persistem, ainda que, na prática, tenhamos a destruição e entrega da Amazônia e das riquezas nacionais e um processo de desindustrialização levado adiante por um sujeito que presta continência para estadunidenses e lambeu as botas de Trump. Enfim, acrescentemos a isso a demonização da esquerda, da ciência, o ataque a negros, *gays*, mulheres, pobres e indígenas, a xenofobia: isso tudo ocorre sistematicamente, o tempo todo e desde a campanha. Em lugar de, pelo menos, preocupar, empolgou as multidões.

Para Sodré, a ideologia do colonialismo penetra na cultura brasileira pela “transplantação cultural, isto é, a imitação, a cópia, a adoção servil de modelos externos no campo político como no campo artístico”

Como alguém poderia levar a sério que esse sujeito representaria alguma mudança positiva? Ele, desprovido de conhecimentos básicos, não conhece além de algumas frases violentas e do senso comum, não é capaz de debater suas propostas e, fundamentalmente, é um sujeito que esteve quase três décadas como um parasita no Congresso Nacional, votando em tudo que contraria os interesses dos trabalhadores e as melhorias de condição de vida dos brasileiros. Ao longo da campanha disse abertamente que acabaria com conquistas dos trabalhadores; seu vice afirmou mais de uma vez que acabaria com o 13º salário e com as férias; prometeu aprovar a reforma da previdência que penaliza trabalhadores; defendeu a posição de que mulheres devem ganhar menos que os homens; defendeu abertamente a tortura e a ditadura, o assassinato, a prisão arbitrária. Está cumprindo o prometido.

Como algo tão velho e rançoso pôde aparecer para alguém como símbolo da mudança? Não, todos sabiam e sabem que não era disso que se tratava. Não parece ser possível que alguém tenha sido enganado com tantos dados escancarados. Quem votou no sujeito sabia o que estava fazendo e comemorou a eleição. Muitos descarregando suas armas para o alto.

Ora, se está tudo tão escancarado, se é perceptível a todos, o que ocorre então? Penso que uma das respostas está nos preconceitos historicamente enraizados no imaginário geral e que fazem parte da formação social brasileira. Uma ideologia do colonialismo, como chamava Nelson Werneck Sodré, que trata parcelas da população como desiguais ou que percebe desigualdades perigosas nas diferenças. Não acredito que todos os eleitores do sujeito estejam decididos a praticar violência direta contra qualquer grupo, mas eles querem que esses grupos tomados como inferiores retornem aos seus lugares sociais e ao silêncio. Para Sodré, a ideologia do colonialismo penetra na cultura brasileira pela “transplantação cultural, isto é, a imitação, a cópia, a adoção servil de modelos externos no campo político como no campo artístico” e, ainda que justifique relações internas, tal ideologia tende a sofrer oposição na medida em que “transformações estruturais no campo da produção interna” acarretam o questionamento da

posição da classe ou classes predominantes associadas aos interesses externos: “quando as forças econômicas internas passam a exigir um lugar ao sol, passam a disputar uma posição” (SODRÉ, 1965, p.13).

Entendo nossa virada à direita, para além dos estímulos externos, como uma reação a avanços que tivemos no ciclo petista e que deram lugar e voz a grupos historicamente postos à margem e condenados à clandestinidade.

Nossos setores dominantes sabem compatibilizar caridade com chacina muito tranquilamente. Uma ajudazinha aqui para ganhar pontos no céu e manter os pobres submissos e agradecidos, uns tiros ali para não perder o controle da situação. A pequena burguesia é seu cão de guarda e rosna primeiro porque se sente ameaçada nos seus lugares sociais e é mais sensível à aproximação desses setores que podem alçar posições sociais equivalentes às dela. Em momentos de avanço como esse que antecedeu o golpe, de conquistas sociais, se acirram as disputas pelos espaços, ainda mais quando uma crise econômica auxilia ampliando seus efeitos. Chega a hora de recolocar os pobres “no seu lugar”.

O que põe parte da pequena burguesia em movimento reativo mais explícito é o risco que representa a possibilidade do acesso proletário aos seus canais de manutenção e ascensão, como a existência de políticas públicas que dão incentivos e subsidiam atividades de pequenos e médios produtores; as políticas afirmativas e compensatórias, como cotas sociais e étnicas; o acesso ao crédito e ao consumo; a ampliação das conquistas e direitos dos trabalhadores que ainda viviam os resquícios da senzala, como o caso do trabalho doméstico; a elevação do número de certificações do ensino regular e superior nos últimos anos, e a maior disponibilidade de trabalhadores para as atividades não manuais. Nesse caso, a pequena burguesia, que se justifica pela ideologia do mérito pessoal e pela certificação escolar, se sente ameaçada pelos efeitos tendenciais do que chamamos de sobrecertificação: quanto mais temos concentração urbana com certificação da educação básica e também do ensino superior, mais as empresas podem elevar os requisitos para contratação de pessoal, inclusive com salários menores e maiores atribuições. O problema da certificação escolar não é o da qualificação do pessoal, mas o de agregar um grande número de novos concorrentes em condições legalmente ou formalmente iguais (a posse do diploma), quebrando o principal instrumento de justificativa da manutenção da pequena burguesia urbana desde o final dos anos 1960 no Brasil.

Um olhar um pouco mais atento pode ajudar a compreender nossa conjuntura como uma reação a esses avanços sociais, respaldada pelos preconceitos construídos historicamente que alocam, como desi-

Nossos setores dominantes sabem compatibilizar caridade com chacina muito tranquilamente. Uma ajudazinha aqui para ganhar pontos no céu e manter os pobres submissos e agradecidos, uns tiros ali para não perder o controle da situação. A pequena burguesia é seu cão de guarda e rosna primeiro porque se sente ameaçada nos seus lugares sociais e é mais sensível à aproximação desses setores que podem alçar posições sociais equivalentes às dela

guais, grupos diferentes da população brasileira. Eles votaram em Lula duas vezes e muitos elegeram Dilma. Eles votaram em Lula em vista da grave crise do começo dos anos 2000 e depois dos governos de Collor-Itamar e FHC, de aplicação da cartilha do neoliberalismo. A reação se expressou nos movimentos de 2013 e na apertada vitória de Dilma contra Aécio em 2014. Depois, com as sucessivas derrotas nas urnas e a expectativa de uma nova eleição petista em 2018, novamente com Lula à frente, a reação veio na forma do golpe de 2016. A ideia era passar o comando da nação para as mãos do PSDB (o operador político de confiança do grande capital), uma vez que não conseguia fazê-lo pela via eleitoral.

Mas o golpe saiu pela culatra: o grande derrotado dessas eleições foi o próprio PSDB. O aguçamento do discurso moralista e sabidamente falso levou à Presidência um efeito colateral do golpe: Bolsonaro, representante puro do humano médio brasileiro. Ignorante, preconceituoso, agressivo. Nem ele mesmo deve conseguir entender até agora como, de um militar equivocado e de um parlamentar medíocre, pôde sair um presidente da República.

Mas voltemos a pensar na base social do governo, uma vez que deixamos de lado a ideia do simples engano ou da manipulação como chave explicativa para esse fenômeno.

Embora perca parcialmente o apoio de algumas parcelas da população, que vão se tornando mais sensíveis a determinados assuntos muito práticos, como a elevação dos preços e a eliminação de conquistas de alguns setores, o governo continua a ter ampla base social. A pergunta fundamental é: como se comporta essa base social politicamente?

Não tenho dúvida de que temos aí disposições políticas diferentes, mas podemos separar essa base em dois grandes grupos. A maioria da base social do governo ou desse projeto não tem compromissos teóricos ou políticos, mas uma veia pragmática que espera. Há um mínimo de militantes em agrupamentos confusos e fragmentados, que vão de declarados neonazistas a tolos defensores de políticas liberais, unificados pelos preconceitos mencionados acima e pelo ódio à esquerda. Esse grupo menor tende a sair às ruas e defender o governo caso se veja ameaçado. O primeiro grupo, muito maior, não.

Isso significa que não há sinais de que haja uma base social de massa disposta a sair às ruas e sustentar o governo no caso de alguma crise maior.

Nesse caso, de ausência de bases sociais com compromissos políticos mais ou menos articulados e com disposição para sair às ruas em sua defesa, lançamos as resoluções fundamentais para o campo institucional. Eis outro problema.

### 2.3. O papel das instituições

A sempre lembrada frase de Romero Jucá, que afirmava que o golpe seria dado, com “o Congresso, com o Supremo, com tudo”, exemplifica bem o problema institucional.

Novamente, insisto que ninguém foi enganado nesse processo. Também ninguém deixou de perceber como foram utilizadas as instituições e usurpadas as bases da própria ordem burguesa, baseada na Constituição de 1988, que passou a ser insistentemente questionada.

Todos sabiam da farsa armada no Congresso no processo de impeachment da presidenta Dilma. Todos perceberam a seletividade com que a Justiça em todas as suas instâncias julgou pessoas ligadas ao ciclo petista e deixou de lado casos escandalosos envolvendo membros do consórcio golpista. Todos assistem à fragilidade dos partidos políticos brasileiros, das representações parlamentares, do Judiciário. Ainda que a abnegada luta de parlamentares dos partidos de esquerda se veja na condição de limitar-se à defesa do chamado Estado democrático de direito e da Constituição em vigor, a derrocada escancarada das instituições e da sua confiabilidade levou também a Constituição mesma a ser tratada com desdém.

O alto índice de abstenção eleitoral não revela simplesmente um descontentamento com a “política”: revela desesperança e desprezo por um processo institucional amplamente despojado de esperança e apreço na farsa do impeachment da presidenta Dilma. Como levar eleições a sério depois de tamanha carga propagandística que desqualificou por pelo menos dois anos o universo político institucional? Isso explica a eleição de excrescências como João Doria, em São Paulo, fazendo o discurso de que não é político. Curioso ver que candidatos de uma esquerda que se propõe como alternativa ao eleitorado próprio do PT tenderam a embarcar na mesma conversa, mas ali o resultado foi outro. Isso porque a política institucional foi arranhada, mas a esquerda foi, em conjunto, demonizada.

Não tenho dúvida de que grande parte dessa massa da população que se absteve eleitoralmente em 2016, 2018 e 2020 deve, inclusive, desaprovar o governo e todas as medidas tomadas contra os trabalhadores. Há uma crise de credibilidade envolvendo os três poderes. Mas não tenho dúvida de que essa massa descontente não tende para a esquerda: ela parece sujeita a aderir mais facilmente a saídas mais à direita, como outro golpe ou uma ditadura escancarada, desde que haja instituições ou líderes carismáticos capazes de conquistar sua confiança.

Ora, de todo o processo, o único poder que não saiu arranhado, mesmo porque tem forte viés pessoal, foi o Executivo Federal. A figura do presidente saiu fortalecida desse processo e pode ser encarada como uma solução caso se ampare em instituições que não passaram pelo mesmo desgaste das demais. As que saíram mais ou menos incólumes desse processo foram as Forças Armadas e as polícias militares estaduais. Nestas o atual presidente deve depositar as esperanças dos seus devaneios golpistas, cada vez mais distantes.

Não penso que existe um setor nacionalista nas FFAA: a ditadura militar eliminou de vez essa possibilidade. Ficaram para a história aqueles círculos militares nacionalistas e anti-imperialistas, que estavam empenhados no desenvolvimento nacional e autônomo, se identificavam com o trabalhismo e, parte deles, também com bandeiras da esquerda brasileira.

A crise institucional aumenta os problemas postos à esquerda, por essas ironias da história: não tendo força política suficiente para uma ruptura com a ordem burguesa, a tendência é que esta se rearticule, num processo em que as “liberdades democráticas” respaldadas pela legislação e por limites institucionais para o uso da força estarão, necessariamente, ausentes.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PROBLEMA DA TÁTICA NESTA QUADRA DA HISTÓRIA

Acumulamos derrotas desde 2016. Embora haja a disposição de luta por parte de alguns partidos e organizações do campo da esquerda, o fato objetivo é que nada indica que tenhamos base social suficiente para uma saída pela esquerda no curto prazo. Nem mesmo há sinal de que tenhamos uma base social grande em número e também com o fôlego necessário para jornadas extensas de luta. A agenda neoliberal, com ou sem Bolsonaro, deve persistir como projeto majoritário.

Embora tenhamos uma crise de crédito nas instituições, ainda parece que o jogo político seguirá decisivo nessas instâncias, mais do que nas ruas. Isso parece indicar que, taticamente, o caminho da esquerda seja a atuação nas contradições do amplo espectro da direita política, tendo em vista a derrota dessa sua versão mais nefasta, representada pelo bolsonarismo.

Mas vale refletir que, ainda que por motivações distintas, as organizações da esquerda engoliram o golpe de 2016 com alguma facilidade e com maior facilidade ainda renegaram a presidenta Dilma e a legitimidade do seu mandato. Isso serve tanto para as organizações que estavam na base do governo (inclusive o próprio PT),

Pensar a tática, de acordo com a proposta de uma análise pragmática politicamente, implica levar em consideração a correlação de forças e as disposições políticas dos campos em disputa. Derrotar Bolsonaro e o bolsonarismo são as tarefas imediatas do momento, em todos os espaços, de todas as maneiras. Os aliados neste momento são todos aqueles que se dispõem, por razões distintas, à mesma tarefa. Ainda que a avaliação pareça pessimista, mas sem correr o risco de perder a objetividade, essa é condição essencial para a retomada de posições mais avançadas

quanto para quaisquer outras que sejam do campo da esquerda e não foram capazes de perceber o que se avizinhava.

Tivemos partidos que assumiram uma posição crítica e combativa, como é o caso do PCdoB, mas as expectativas e as necessidades da batalha eleitoral ainda em 2016 atenuaram ou alteraram a rota da resistência: muitos se viram, já ali, ao lado dos golpistas em diversos palanques, no primeiro e no segundo turno, acentuando a tendência de um pragmatismo que, em determinados casos, aparece apenas como oportunismo puro. Talvez tenha ajudado nesse processo a compreensão de que o golpe era uma derrota momentânea e que poderia ser resolvida com as eleições de 2018. Apesar do notável resultado obtido pela chapa Haddad/Manuela e da considerável perda de força do bolsonarismo nas eleições de 2020, o campo da esquerda acumulou também derrotas eleitorais. É claro que sentimos ainda o reflexo da bem-sucedida ação do consórcio golpista montado a partir de 2013.

Ao lado das dificuldades internas, não podemos deixar de considerar as derrotas e a ofensiva conservadora em toda a América Latina. Ainda que tenhamos como exemplos positivos a vitória da chapa peronista na Argentina e a tenaz luta dos chilenos, bem como de haitianos e colombianos, o fato objetivo é que o placar segue bastante desfavorável, com a Venezuela em constante ameaça, a eleição do candidato da direita no

Uruguai, o golpe na Bolívia, revertido pelo recente processo eleitoral, mas ainda num ambiente instável.

No campo persiste a violência e assassinato de lideranças camponesas e da população nativa. Ainda que tenha ocorrido grande movimentação em torno dos cortes na educação e por ocasião da reforma da previdência, as mobilizações perderam o fôlego e não houve mais capacidade de organização, para além das movimentações em torno da libertação de Lula. A violência aparece como marca nas relações entre opositores e governo, com medidas legais que procuram ampliar a liberdade com que o aparato repressivo pode “resolver o problema” de manifestações e posicionamentos contrários. As prisões arbitrárias e o assassinato por parte das forças do Estado já batem recordes e tendem a crescer, à medida que ganham respaldo do governo e de uma parte considerável da população.

Pensar a tática, de acordo com a proposta de uma análise pragmática politicamente, implica levar em consideração a correlação de forças e as disposições políticas dos campos em disputa. Derrotar Bolsonaro e o bolsonarismo são as tarefas imediatas do momento, em todos os espaços, de todas as maneiras. Os aliados neste momento são todos aqueles que se dispõem, por razões distintas, à mesma tarefa. Ainda que a avaliação pareça pessimista, mas sem correr o risco de perder a objetividade, essa é condição essencial para a retomada de posições mais avançadas.

\* Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor da Universidade Metropolitana de Santos (Unimes).

► Texto recebido em janeiro de 2021; aprovado em fevereiro de 2021

## Referências bibliográficas

BOITO Jr., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**. Campinas, n.42, jun., 2016. pp.155-162

\_\_\_\_\_. A corrupção como ideologia. **Crítica Marxista**. Campinas, n.44, jun., 2017. pp.09-19.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. A doença infantil do ‘esquerdismo’ no comunismo. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, v.3, p. 275-349.

MORAES, João Quartim de. **Base de massas e tropas de choque do golpismo**. Vermelho, São Paulo, 11 abr. 2016. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/base-de-massas-e-tropas-de-choque-do-golpismo/>. Acesso: 20 de fevereiro de 2021.

POULANTZAS, Nicos. **Pouvoir politique et classes sociales**. Paris: François Maspero, 1968.

\_\_\_\_\_. **Fascismo e ditadura**. Porto: Portucalense, 1972, 02 volumes.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.